

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



Antes da toga, Dino envergará o terno de senador

Antes do STF, Senado deverá ver o velho Dino de briga

Durante a sabatina para ser aprovado para a vaga do Supremo Tribunal Federal (STF), o ex-ministro da Justiça Flávio Dino procurou se mostrar com um espírito mais afável, mais conciliador. Por mais que fosse provocado pelos senadores de oposição, evitou as tiradas irônicas e mais agressivas que produziram memes nas vezes em que foi antes ao Congresso como ministro. Chegou a citar

um trecho da Bíblia, o do “Caminho de Damasco”, no qual Saulo entra na estrada como perseguidor dos cristãos e sai dela como apóstolo de Jesus. Emendou ainda dizendo que ao longo da sua vida, sempre souber “mudar a roupa” conforme a função que exercia. Pois bem: antes de envergar a toga de ministro, neste mês de fevereiro, Flávio Dino envergará o terno de senador. De esquerda. Do PSB.

Senado

Coerente com essa ideia das “roupas” para cada ocasião, nesse curto tempo em que ficar no Senado, Flávio Dino está disposto a ser tão ou mais combativo do que era no ministério. Se, como ele disse, ministro do STF não pode ter viés político, o oposto ocorre no Senado.

Projeto

O Correio Político teve acesso ao projeto de lei que Dino pretende apresentar como senador. E ele muito provavelmente promete gerar brigas com a oposição. O projeto visa proibir novos acampamentos em áreas militares como os que antecederam o 8 de janeiro.

Valter Campanato/Agência Brasil



Manifestantes ficaram 70 dias no QG do Exército

Acampamentos a mais de um quilômetro de quartéis

O projeto de Flávio Dino determina que para qualquer construção, ainda que provisória, como acampamentos, em uma área menor que “600 braças” (ou 1.320 metros), “serão observados protocolos específicos de segurança, com vistas à prevenção e repressão contra crimes atentatórios ao Estado Democrático de Direito e suas instituições”. Es-

ses protocolos, segundo o projeto, serão definidos por decreto presidencial. Na justificativa ao projeto, Dino é explícito: a inspiração foram os atos antidemocráticos do dia 8 de janeiro. “Os ataques aos Poderes da República no dia 8 de janeiro de 2023 e toda a preparação para as invasões” aconteceram, segundo a justificativa nesses acampamentos.

Inusitados

Flávio Dino classifica esses acampamentos como “inéditos e inusitados”. Até depois dos lamentáveis atos de 8 de janeiro, das invasões e depredações, manifestantes ficaram 70 dias acampados em frente ao Quartel General do Exército em Brasília. Tudo começou lá.

Antes e depois

Antes dos atos, boa parte dos manifestantes está reunido no QG do Exército. Ali, boa parte foi planejada. E depois muitos voltaram para lá. Tanto que houve o tenso momento, em que o Exército proibiu na noite a entrada da polícia e só permitiu as prisões na manhã seguinte.

Segurança

Na justificativa, Flávio Dino afirma que a restrição que propõe visa garantir segurança aos próprios prédios militares. Afinal, aglomerações como a que foram vistas podem sair do controle, “expostos a várias ameaças e riscos, a exemplo de ataques à bomba”.

Desativados

Naturalmente, tal restrição, ainda frisa Dino, não se aplica a quartéis desativados. Quem quiser acampar, por exemplo, em volta do quartel do Parque Dom Pedro II, em São Paulo, desativado em 1997 e hoje abandonado, pode ficar à vontade. ?Dino vai à briga.

Eleições geram temor com uso de inteligência artificial

Cresce intenção de criar lei que responsabilize as Big Techs

Wilson Dias/Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

Em um ano de eleições municipais, volta à tona um longo debate desde o ano passado: a regulamentação do uso de inteligência artificial (IA) e da responsabilização de Big Techs, as grandes empresas que dominam o mercado de tecnologia. Durante a sessão de retorno do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na quinta-feira (1), o presidente do tribunal, ministro Alexandre de Moraes, defendeu a punição de Big Techs que divulguem conteúdos falsos que possam induzir o voto do eleitor. Ele ainda se posicionou favorável à regulamentação das redes sociais, serviços de mensagens privadas e IA.

“Elas devem ser responsáveis por aquilo que ganham frutos econômicos, por aqueles conteúdos em que seus algoritmos impulsionam, indicam, levam aos eleitores e eleitoras. Não há mais como se admitir que as redes sociais sejam terra de ninguém, terra sem lei, onde não haja responsabilidade”, afirmou Moraes.

Além de Moraes, o novo ministro de Justiça e Segurança Pública (MJSP), Ricardo Lewandowski, também manifestou a necessidade de regras mais claras e efetivas sobre a responsabilização das big techs no país. Circula no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 2630, conhecido como PL das Fake News, que determina a regulamentação e responsabilização das redes sociais por conteúdos postados por seus usuários. A reportagem entrou em contato com o relator do projeto na Câmara dos Deputados, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), que informou que ainda não há previsão para o projeto voltar a ser discutido na Casa, mas “há conversas em curso”.

IA

Há uma grande preocupação do uso de inteligência artificial e recursos de distribuições de informações durante o período eleitoral. Histórias



A proliferação de fake news com inteligência artificial preocupa

recentes, apesar de não estarem voltadas para política, mostraram diversos atores e artistas, no Brasil e no mundo, em vídeos ou imagens falsas, de conteúdo erótico ou vendendo produtos. Há o risco de coisas semelhantes virem a acontecer no meio da disputa eleitoral. E essa é a grande preocupação no momento da justiça eleitoral.

Em entrevista ao Correio da Manhã, o especialista em marketing político e em marketing digital Marcelo Senise explicou que “a comunicação política é essencialmente emocional, porque é através da comunicação emocional que se gera conexão entre candidato e eleitor”.

“O problema é quando isso passa da persuasão e parte para a manipulação, que é onde vêm os discursos de ódio, as teorias de terra plana”, ele esclareceu.

“Do mesmo jeito que a ciência mapeou o genoma humano e foi uma revolução na medicina, a inteligência artificial mapeou as emoções humanas. Ela tem capacidade de entender o nosso processo de decisão antes de a gente decidir. Nisso, ela tem um poder de manipulação se ela for usada de maneira mal intencionada”, completou Senise.

Desinteresse

O especialista criticou a falta de engajamento do Congresso para discutir e aprovar a regulamentação de big techs e IA. Para Senise, o Parlamento teve a oportunidade de se antecipar ao problema, e agora vive-se essa grande preocupação às vésperas das eleições. “O Parlamento dormiu no ponto, perdeu o timing. Nós não estamos falando de um achismo, estamos falando de algo que está acontecendo no mundo. Muitos falam que a regulamentação se trata de censura, mas isso não é o caso. Qualquer ação humana precisa de regulamentação”, disse.

Porém, ele se manifestou satisfeito com os recentes posicionamentos do Supremo Tribunal Federal (STF) e do presidente da Corte, Luis Roberto Barroso, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do presidente Lula e demais autoridades que se manifestaram favoráveis à regulamentação das redes. “Parece que houve um despertar para a questão, começaram a entender o tamanho do problema”, completou.

Questionado pela reportagem se ainda há tempo de o Parlamento regulamentar as redes à tempo das eleições municipais, o especialista em marketing lembrou que, qualquer lei “aprovada

pelo Congresso agora não tem validade para as eleições municipais porque excedeu o prazo”. Dessa forma, uma sugestão dele para uma medida provisória é um acordo entre TSE e Congresso Nacional “para que o TSE baixe, em forma de normativa, o que o Congresso decidir”. Ele admite: “É remendo, mas que tem chance pra funcionar.”

Neste ano, o TSE se comprometeu a combater de forma intensiva desinformações que circularem pela internet. Moraes vem defendendo o estabelecimento de regras na Justiça Eleitoral para garantir a regularidade dos pleitos e minimizar a influência da desinformação que circula na internet. Ele ainda anunciou uma parceria com o Ministério da Justiça com resoluções sobre as eleições deste ano que trarão regras para combater informações falsas, discurso de ódio e as Big Techs. O acordo entre a Corte e o Ministério ainda prevê a participação da Polícia Federal (PF).

No entanto, Marcelo Senise reforçou que a inteligência artificial não deve ser tratada como uma vilã. Ele ressalta que IA se trata de uma mera ferramenta que pode ser classificada como “boa” ou “ruim”, dependendo da forma como ela é utilizada.

Agenda cheia: Congresso volta aos trabalhos com 20 MPs

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



Azul só na fachada: Congresso retorna tenso

Por Ana Paula Marques

Os parlamentares abrem os trabalhos do Congresso Nacional com agenda movimentada. São ao todo 20 Medidas Provisórias (MP) pendentes de votação, além dos projetos de lei prioritários e a análise dos vetos feitos pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em especial o corte de R\$ 5,6 bilhões nas emendas parlamentares de comissões ao orçamento, que tem gerado embate entre governo e Legislativo.

Das medidas que aguardam o aval do Legislativo, dez abrem créditos extraordinários para diversos órgãos públicos. Juntas, as matérias somam mais de R\$ 96 bilhões. Uma só proposta concentra R\$ 93 bilhões do montante para a quitação de precatórios — ordens de pagamento expedidas pela Justiça.

No pacote, também estão temas importantes para o governo como a continuidade do programa Desenrola e a análise da recomposição de créditos de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) para os estados. Caso não sejam votadas em até 45 dias a partir da publicação, as MPs passam a trancar a pauta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

A volta parlamentar acontece primeiro na Câmara, nesta segun-

da-feira (5), com a primeira sessão solene do ano. Já o Senado abre os trabalhos no dia seguinte, na terça-feira (6), com Sessão Deliberativa Ordinária, onde o ex-ministro da Justiça Flávio Dino deve apresentar cinco projetos antes de assumir o mandato de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Orçamento

As agendas devem se aprofundar no orçamento nos próximos dias. Para tentar acalmar os ânimos após a tensão que se instalou entre Executivo e Legislativo, com o veto nos trechos da Lei Orçamentária Anual (LOA) que encaminhava R\$ 16 bilhões para as emendas de comissão — as direcionadas pelas comissões permanentes das Casa — e a MP que reonera os 17 setores da economia, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deve

se reunir com líderes partidários nesta semana.

Parlamentares são contra a MP por pressão de empresários. Ao todo, nove frentes parlamentares pediram ao presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que devolva a medida ao governo federal. Eles argumentam que a MP vai reonerar “os setores que mais geram empregos na economia nacional” e assim diminuir as contratações.

Tributária

Os congressistas devem se debruçar também sobre a regulamentação da reforma tributária. São pelo menos 71 dispositivos do texto que precisam de determinação dos parlamentares. Entre os assuntos estão os trechos dos itens da cesta básica que terão imposto

zerado, o cashback para a conta de luz e gás de cozinha, e o Imposto sobre produtos nocivos à saúde ou ao meio ambiente.

Além disso, as discussões na Câmara devem se voltar para o Projeto de Lei (PL) das Fake News. Texto discutido desde 2020, quando foi aprovado no Senado e seguiu sua tramitação para análise dos deputados. Em abril de 2023, o deputado Orlando Silva (PC do B-PSP), relator da proposta, apresentou seu parecer sobre a matéria, porém, o texto seguiu na ‘ gaveta ’ até o final do ano e deve ser retomado neste ano.

‘Ameaça’

Mesmo com intensa agenda, parlamentares da oposição prometem obstrução das pautas. Eles se incomodam com a falta de proteção dos presidentes das Casas, — Arthur Lira (PP-AL) e Pacheco — após as operações da Polícia Federal (PF) que miraram os deputados bolsonaristas Carlos Jordy (PL-RJ) e Alexandre Rammagem (PL-RJ).

Os congressistas defendem uma agenda institucional para coibir as ações da PF no Congresso, o argumento é que os mandados de busca e apreensão realizados nos gabinetes dos deputados e autorizados pelo STF são atos de “perseguição política”.